

POPPER, CIÊNCIA E HISTÓRIA ANTIGA

Fábio Faversani
UFOP — MG

Resumo: *Popper, Ciência e História Antiga*. O presente artigo analisa a contribuição de Karl Popper para a compreensão do lugar da ciência e seu papel sócio-político na sociedade atual. Para tanto, examina o significado de se negar a cientificidade da História nos estudos acerca da Antigüidade.

Palavras-chave: Karl Popper; cientificidade; História Antiga.

Abstract: *Popper, Science and Ancient History*. This article analyzes the important contribution of Karl Popper for the understanding of the social-political role that science plays and its position in modern society. Its aim is to show why scientific approach of the study of Ancient History is denied by some authors.

Key words: Karl Popper; Scientific Approach, Ancient History.

“Nem poderei dizer quais são os que mais me irritam, se aqueles que não nos permitem saber nada, ou se os que nem sequer nos deixam saber que nada sabemos”.

SENECA. Epistolae Morales.

“Admito, com sinceridade, que, ao formular minhas propostas, fui guiado por juízos de valor e por algumas predileções de ordem pessoal. Mas espero que as propostas se tornem aceitáveis para os que apreciam não só o rigor lógico, mas também a ausência de dogmatismos; para os que se importam com as aplicações práticas, mas se interessam ainda mais pelas aventuras da ciência, pelas descobertas que, uma após a outra, nos acareiam com novas e inesperadas perguntas, obrigando-nos a tentar encontrar respostas novas e insuspeitadas”.

KARL POPPER. A Lógica da Pesquisa Científica.

I. Introdução

Ao longo desse trabalho pretendemos realizar um exame do pensamento de Karl Popper. Essa apreciação que, inicialmente, far-se-ia em si mesma, ou seja, resumir-se-ia a alguns aspectos do rico pensamento do autor, foi incrementada ao longo da realização do trabalho. O que, a princípio, seria o trabalho todo, responde, na sua formulação atual, pela segunda parte dele. Antes de entrar nesse tópico, sentimos ser necessário um breve esboço da posição de Popper frente a algumas tendências do pensamento ocidental¹. Do mesmo modo que se mostrou inevitável inserir algo que introduzisse o pensamento de Popper em um contexto mais amplo, pareceu-nos necessário utilizar de todas as reflexões já feitas nas duas primeiras partes do trabalho para examinar o importante debate sobre a cientificidade da história no nosso campo de atuação, i.e. os Estudos Clássicos². Essa construção da reflexão levou à apresentação formal que adotamos, dividindo o trabalho em três partes repartidas em seções. Esperamos que essa separação ajude a guiar o leitor por temáticas que, devido a larga abrangência do pensamento popperiano, acabaram por se mostrar difíceis de reunir de forma, ao mesmo tempo, sintética e clara. Feita essa introdução, passemos à primeira parte de nossa reflexão sobre “Popper, Ciência e História Antiga”.

¹ Várias obras nos serviram de guia nessa empreitada desafiadora. Dentre elas, destacamos apenas duas, as únicas que não tivemos a oportunidade de citar posteriormente. Trata-se de NICOLA ABBAGNANO, *História da Filosofia*, v. XIV, Lisboa: Presença, 1984 e JOHN PASSMORE, *A Hundred Years of Philosophy*, Harmondsworth: Penguin, s/d., 405-412. As demais vão citadas ao longo do texto. Dentre esses trabalhos, BRUNO PINHEIRO W. REIS, *Reflexões sobre a epistemologia de Popper e o individualismo metodológico*, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990. (Série Estudos, 77), mostrou-se particularmente útil. As confusões e equívocos que cometemos se devem à confiança que depositamos em nossas leituras dispersas de vários dos pensadores e Escolas mencionados ao longo dessa parte. Essa ousadia temerária se justifica pelo fato de que nossos propósitos muito específicos de análise da obra de Popper não foram ainda contemplados por nenhuma das obras que tivemos acesso.

² Nesta parte, aproveitamos para desenvolver um pouco mais uma reflexão já iniciada por ocasião de nossa Dissertação de Mestrado (FABIO FAVERSANI, *A pobreza no Satyricon de Petronio*. São Paulo: FFLCH-USP, 1995.).

II. Popper e o pensamento filosófico

1. *Doxa* e *episteme* aristotélicos e a verdade da filosofia contemporânea

Aristóteles produziu uma série de distinções que serão importantes para todo o pensamento filosófico posterior. Uma delas refere-se à separação entre *doxa* e *episteme*. À primeira caberia o espaço da verdade contingente, da opinião. Já, *episteme*, seria o campo da verdade científica. Aquela que estaria acima de qualquer contingência, uma sempre verdade essencial. Caberia ao sábio conseguir distinguir a série de conexões causais que escondem essa verdade essencial e demonstrá-la, evidenciá-la. Portanto, a ciência far-se-ia através da demonstração de verdades evidentes.

A busca desse conhecimento verdadeiro moveu a filosofia até o século XX, tornando-se o pano de fundo das duas principais matrizes do pensamento filosófico ocidental na modernidade: o empirismo, como formulado inicialmente por Francis Bacon, e o racionalismo cartesiano. Sempre tendo por parâmetro a pressuposta evidência da verdade essencial, a filosofia dividiu-se em correntes que construía formas de produzir essas verdades e, também, em tentativas de explicar porque essas diversas teorias “falavam”!

Os próprios Descartes e Bacon, talvez, sejam os melhores exemplos para ilustrar nosso raciocínio. Examinemo-los brevemente. Descartes toma como postulado que, a partir de axiomas bem delimitados e corretos (“idéias claras e distintas”), poderemos produzir através deles e por dedução, novas verdades, sem margem de erro. Bacon ia em sentido oposto. Em primeiro lugar, o cientista deve libertar-se de seus pré-conceitos, pré-concepções sem fundamentação. Feito isso, deve se dedicar à observação para que possa captar a “evidência eloqüente” da natureza. Aos olhos do empirismo, a verdade é auto-evidente e, portanto, dispensa interpretação. A verdade só é atingível pela aplicação do método indutivo dentro dos limites rigorosos da razão. Esses limites são dados pelo que é diretamente observável, matéria-prima da indução racional. Para além da experiência sensível está a fonte dos nossos erros. Fora da observação direta e imediata, temos a “crença” e o “costume”. As fontes do dedutivismo e do indutivismo não superaram as proposições aristotélicas sobre a existência de uma verdade essencial que pode ser descoberta através de métodos que afastem o erro do cientista. A demonstração e verificação da verdade mantiveram-se, assim, como um papel da filosofia, de todas as filosofias.

O Círculo de Viena, ainda que separado por longo lapso de tempo e ricas reflexões filosóficas, tinha fortes vínculos com a tradição empiricista inaugurada por Bacon. O positivismo lógico desses pensadores servirá como interlocutor privilegiado de Popper, que, através das críticas que formulará a essa Escola, promoverá a superação do problema da distinção entre ciência e não-ciência (ou opinião, ou erro, ou pré-conceito...) nos padrões da forma propositiva construída por Aristóteles.

Esse debate entre Popper e o Círculo de Viena, ocorrido no início de nosso século, dar-se-á a par de uma relevante ocorrência no campo da física: a contestação eficiente da teoria newtoniana. Essa novidade foi um forte golpe na idéia de verdade científica. A teoria de Newton era, não só hegemônica, mas era tida como uma verdade indiscutível, um trunfo da ciência. Essa novidade não se deu através de um rompimento paradigmático revolucionário, a nosso ver. Importante não esquecer, por exemplo, do surgimento, décadas antes, de geometrias não-euclidianas, que mostraram que a geometria é uma *invenção* humana utilitária, mais do que *descrição*, ou mesmo a verdade natural e/ou essencial³. Essas alterações geraram muita perplexidade entre os “homens de ciência”, produzindo, por um lado, o convencionalismo, que critica a idéia de fundamentação pela experiência e toma a ciência como representação; e, por outro., o positivismo lógico.

É impossível deixar de ressaltar uma similitude dos momentos de nascimento do empirismo de Bacon e do positivismo lógico. Lembrese que Bacon assistiu à superação da geometria aristotélica pela de Galileu. Não é por acaso que se nota uma proximidade entre as questões impostas a Bacon e ao positivismo lógico. Bacon, Carnap, Schilick, Reichenbach, *inter alii*, encontraram preconceitos metafísicos em Aristóteles (Bacon) e Newton (Círculo de Viena). Propunham, um e outros, o banimento de toda a metafísica da ciência. Nada teria significado *científico* se não se referisse a alguma “coisa”, algo concreto e sensível⁴. Para o positivismo lógico, a *verificação* seria a fonte científica fundamental da verdade das proposições. Assim, qualquer proposição deveria ser redutível às proposições protocolares que remeteriam à proposição posterior, sendo que as anteriores deveriam ser redutíveis ao observável na realidade sensível. O positivismo lógico esbarrou no eterno paradoxo dos empiristas de todos os tempos. Não conseguiu resolver o que fazer do fato inegável de que toda observação supõe uma série de hipóteses teóricas não explicitadas e subjacentes a qualquer teoria. Essas hipóteses preliminares é que propiciam a

³ Cf. J.-T. DESANTI, As matemáticas: nascimento da ‘modernidade’ (1850-1900), in F. CHÂTELET (dir.), *História da Filosofia*, v. 6, Rio de Janeiro: Zahar, 21983.

⁴ Veja-se PAUL FEYERABEND, *Contra o método*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 31989., especialmente o cap. VI, pp. 101-118, para uma crítica pertinente à excessiva confiança no caráter demonstrativo da “pura observação” empírica.

observação. É a tentativa de refutação que coloca à luz essas concepções “metafísicas”. Einstein deixou aquelas de Newton claras e esse expôs as de Galileu. É a contestação à validade, e não sua afirmação, que mostram o limite de uma teoria científica⁵.

2. Não alcançar a verdade não significa abandoná-la

A proposição de que a demonstração da verdade seria sempre impossível não era algo novo. David Hume, no século XVIII, já havia apontado o que Popper trataria em seus trabalhos como um dos principais limites do indutivismo, ou seja, que a fundamentação de um enunciado universal através de enunciados particulares é falaciosa, já que uma única observação futura poderá contradizer todas as anteriores. Além disso, a existência objetiva da causalidade não é demonstrável pela indução⁶. O que diferenciará Hume de Popper, no entanto, é a postura cética daquele, comparada à alvissareira desse, em relação às possibilidades da investigação científica. Hume, ao perceber que a *episteme* aristotélica era inalcançável, descreve da utilidade de buscá-la. Popper tem uma perspectiva muito diferente. A ciência não deve mais pretender ter alcançado a *episteme* por isso ser um falseamento. Essa ilusão pode gerar certezas nocivas aos homens, em especial no campo da política, como veremos. Além disso, a idéia de que a *episteme* é inatingível deve animar-nos, não o contrário! Sabendo que não a atingimos, podemos saber quanto nos falta para alcançá-la; já, se acreditamos que a temos nas mãos, a perdemos de vista e desconhecemos nossa ignorância. Popper inverterá, também aqui, a lógica dominante até então. É mais importante (e possível) estarmos certos do que não sabemos, do que nos falta conhecer, do que do contrário. A substituição não é, obviamente, retórica e, parece-nos, deve ao menos ser levada em conta por aqueles que propõem *o mesmo que Hume*, como se novidade fosse.

Isso coloca o pensamento de Popper frente à indissolubilidade hegeliana entre o real e o racional. Para Popper há diversas apreciações racionais do real, que serão sempre insuficientes. Assim, o racional é a forma suficiente, até prova em contrário, de ver o real. Como sempre haverá prova em contrário, real e racional são diversos, sendo que o segundo jamais abarcará totalmente o primeiro. Isso não significa, como querem os irracionalistas, que não é capaz de abarcá-lo cada vez mais e

⁵ Para a crítica de Popper à tentativa produzida por Reichenbach de superar esse paradoxo do empirismo, veja-se KARL POPPER, *A lógica do pensamento científico*, São Paulo: Cultrix, 1975, 347.

⁶ Para Hume, é possível verificar a existência, no máximo, de conjunção entre eventos, mas nunca sua conexão. Veja-se D. HUME, *Investigação sobre o entendimento humano*, in *Berkeley/Hume*, São Paulo: Nova Cultural, 1989 (Coleção “Os Pensadores”), especialmente pp. 81-97.

mais. Aliás, é esse um desafio humano inalienável. A ciência erra, mas deve superar o erro. Desta forma, toda explicação onieplicativa não é científica. Não sendo exposta à demarcação da falibilidade, é necessariamente metafísica.

3. Popper e o subjetivismo

Popper, ao contestar a diferenciação qualitativa entre Ciências Humanas e Naturais, entra em um outro campo do debate filosófico que é relevante. A separação entre as Ciências Humanas (“compreensivas”) e as Naturais (“explicativas”), nascida com Dilthey, parece-nos, e com longa descendência que nos chega até hoje, não parecia aceitável a Popper. Para sermos sintéticos, diríamos que Popper não poderia aceitar tal separação por dois motivos fundamentais: primeiro, porque os limites colocados ao indutivismo nas Ciências Humanas também existem nas Ciências Naturais; segundo, a intervenção de critérios extralógicos (ou ideológicos) ocorre em todas as Ciências. Isso tem valido uma crítica ao pensamento popperiano. O pensador teria separado demais, acreditado excessivamente na possibilidade de separação dos elementos ideológicos, subjetivos do pensamento científico. Tal crítica não nos parece pertinente. Não haveria, pela adoção das proposições de Popper, nem a anulação dos condicionantes históricos do saber científico, nem a eliminação do subjetivismo ou criatividade individual. Pelo contrário! A confiança de Popper na capacidade criativa individual, na riqueza dos subjetivismos pessoais, são uma marca clara das idéias desse liberal. Tanto é assim que Popper acreditará que esses indivíduos pensantes têm que enriquecer o saber uns dos outros necessariamente, colocando seu conhecimento à prova. *O subjetivismo, segundo Popper, não deve ser anulado, mas deve ser super-exposto.* É isso que permite o avanço da ciência, ou seja, a percepção dos nossos subjetivismos e as mudanças a que eles estão *necessariamente* expostos. Para Popper, a ciência só é uma construção racional por ser histórica, por ser invenção humana. Mais uma vez, parece-nos, impõe-se aos irracionistas buscar melhores argumentos, ou melhor, argumentos que tenham fundamento. Aliás, negar a necessidade de afirmar qualquer coisa que tenha fundamento para outrem é, decididamente, o melhor argumento dos irracionistas... Um argumento metafísico, é verdade, mas, nem por isso, sem significado, como nos ensinou Popper.

4. Popper e o convencionalismo

Isso nos leva ao posicionamento de Popper frente ao convencionalismo. Como já adiantamos vários aspectos que são pertinentes a essa seção

nas anteriores, restringiremo-nos a citar uma passagem de Popper, que não conseguiríamos fazer mais clara, e que parece-nos suficiente para o quadro sintético que estamos construindo de Popper frente a algumas tendências do pensamento ocidental. Escreve Popper: “Eu vejo o convencionalismo como um sistema auto-suficiente e defensável. Não é de supor tenham êxito as tentativas de nele apontar incoerências. Contudo, e apesar disso, considero-o um sistema inaceitável”⁷. Em seu estilo refinado, Popper, ao recusar-se em mostrar as deficiências do convencionalismo, acabou fazendo-o. Como assim? Em primeiro lugar, *uma teoria auto-suficiente é ineficiente e insuficiente fora de si, para os homens*, por princípio. Outrossim, uma teoria que não pode ser submetida ao critério da falseabilidade, nada pode avançar para se pôr à luz, mais e mais, o real. Teorias desse tipo levam à estagnação do saber, ao congelamento das falsas certezas que fundaram tipos tão diversos de autoritarismos que devemos evitar. Popper se oporá, como não poderia deixar de ser ao convencionalismo e seus expedientes *ad hoc* para tornar as teorias menos refutáveis. Sua proposição era justamente em sentido contrário. Em termos popperianos, uma lei científica altamente provável, quase vazia de falseadores potenciais (i.e., “sem enunciados básicos com os quais [a teoria] é incompatível”), é uma lei da qual, inevitavelmente, extrair-se-ão poucas inferências observáveis ou, em outras palavras, que *pouco contribuirá para nos aproximar mais da verdade inatingível*⁸. Enfim, entre maquiar a distância que nos separa da realidade e investigar para descobrir o tamanho desse fosso, Popper recomenda a segunda alternativa, os convencionalistas, a primeira⁹.

III. Alguns aspectos do pensamento de Popper

Após examinar brevemente, seguindo apenas alguns aspectos que nos parecem indispensáveis, a posição de Popper frente a algumas outras correntes do pensamento, passemos a uma apreciação mais detida do pensamento de Popper, tal como ele nos apresentou em suas obras.

⁷ KARL POPPER, *A lógica da pesquisa científica*, 84.

⁸ Popper afirma que “Cabe acrescentar que uma teoria só faz asserções acerca de seus falseadores potenciais. (Assevera-lhes a falsidade.) Acerca dos enunciados básicos ‘permitidos’ nada diz a teoria. Em particular, não afirma que eles sejam verdadeiros”. KARL POPPER, *A lógica da pesquisa científica*, 90-91.

⁹ Sobre a posição de POPPER frente ao convencionalismo, cf. *Conjecturas e refutações*, Brasília: Editora da UnB, 1982, 125-146. Já sobre o instrumentalismo, que Popper considera ser uma das correntes do convencionalismo, veja-se: *Ibidem*, 66.

Obviamente, não é nosso intuito produzir aqui um exame exaustivo, mas tão somente garantir alguns elementos para iluminar os problemas que discutiremos na terceira parte desse trabalho, que fala mais de perto aos dilemas que enfrentamos no nosso cotidiano de produtores de saber.

1. Popper e o historicismo

Popper tomou o historicismo como sendo qualquer abordagem em Ciências Sociais que pretenda ter a capacidade de predição¹⁰. Popper ataca o historicismo usando duas linhas argumentativas fundamentais:

1. é insustentável, pois “o curso da natureza humana é fortemente influenciado pelo crescer do conhecimento humano”, sendo que o crescimento do conhecimento humano é imprevisível, o curso da história, em decorrência, também o é¹¹.

2. é moralmente (ou eticamente) pernicioso. O historicismo, ao pretender-se capaz de afirmar o único futuro possível de uma sociedade (ou de toda a humanidade), é gerador necessário de todo o tipo de autoritarismos e intolerâncias (como o comunismo e o nazi-fascismo), visto que não autoriza possibilidades alternativas de compreender a realidade. Se só houvesse uma conjectura aceitável acerca do real, não haveria porquê se perder tempo com nossos inevitáveis “erros”. Nada mais eloqüente nesse sentido do que a dedicatória que fez em *A Miséria do Historicismo*: “Em memória de homens e mulheres, de todos os credos, nações e raças, que, em número incontável, tombaram vítimas da crença fascista e comunista em Inexoráveis Leis do Destino Histórico”¹².

Logicamente que o ataque de Popper à predição histórica não é a negação de que as Ciências Humanas podem (e devem) procurar compreender como os homens, em ações concertadas, podem melhorar seu mundo. Aponta, dessa forma, contra a falácia de um futuro inevitável em favor da realização de proposições concorrentes em torno do bem-comum¹³.

¹⁰ Lembramos que o historicismo pode ser visto também como a teoria da lógica, ou da significação global da História.

¹¹ Cf. o prefácio de *A miséria do historicismo*, São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1980, 2. e o Postscript: 20 anos depois, in *Lógica do Pensamento Científico*.

¹² KARL POPPER, *A miséria do historicismo*, s/no.

¹³ Um excelente trabalho, que posiciona Popper frente a alguns dilemas enfrentados pelas Ciências Humanas hoje é BRUNO PINHEIRO W. REIS, *Reflexões sobre a epistemologia de Popper e o individualismo metodológico*, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990. (Série Estudos, 77).

É preciso esclarecer, contudo, as restrições que podem ser apontadas com relação à tentativa popperiana de estabelecer um laço entre historicismo e totalitarismo. Essa busca, que foi quase uma constante em sua obra, atingiu seu ponto máximo em *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*. Nessa obra, defende uma cultura livre-pensante, altamente individualística, em que as pessoas se responsabilizam pelas decisões umas das outras. Popper se mostra um consequencialista da democracia liberal (à moda do J. S. Mill de *On Liberty*)¹⁴. Coloca-se frontalmente contra soluções rápidas (e totalitárias, inevitavelmente), inclinando-se para um reformismo progressivo. Um reformismo de forte conteúdo humanitário que privilegia a eliminação de males particulares (especialmente a miséria), ao invés da busca da felicidade geral. Em síntese, prefere a redução da infelicidade ao incremento da felicidade geral¹⁵.

2. Democracia e auto-refutação

A auto-refutabilidade de máximas da filosofia política leva à crítica da democracia, liberdade e tolerância totais. A democracia surge como auto-refutável pelas máximas que a fundamentam: a democracia é o regime no qual o poder emana do povo; se o povo deliberar pelo totalitarismo, teremos um autoritarismo democrático?¹⁶ É claro que não. A democracia tem que ser defendida daqueles que têm poder de geri-la. Portanto, não pode ser total nunca. O “paradoxo da democracia” também se verifica para a liberdade e para a tolerância. Devemos dar liberdade total àqueles que desejam pôr todos os outros acorrentados? É razoável ser tolerante com aqueles que agem com intolerância? Para Popper, respostas positivas significariam, necessariamente, o fim da liberdade e da tolerância. Não havendo restrições ao incremento do cerceamento da liberdade e da intolerância, seu crescimento seria constante.

O “paradoxo da democracia” leva Popper a acreditar em um limitado debate de alternativas particulares entre agentes “razoáveis”¹⁷. Isso exclui os inimigos intransigentes da tolerância, da liberdade e da democracia, além de coletivos amorfos e que não podem se

¹⁴ Cf. JOSÉ GUILHERME MERQUIOR, *O liberalismo antigo e moderno*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, 178-188.

¹⁵ Cf. Utopia e violência, in KARL POPPER, *Conjecturas e Refutações*, Brasília: Editora da UnB, 1982, 387-395.

¹⁶ Lembre-se que Hitler recebeu, democraticamente, plenos poderes do Parlamento Alemão.

¹⁷ KARL POPPER, *Conjecturas e Refutações*, 381-382.

engajar em um debate de idéias¹⁸. Esse é o caso da dita “opinião pública”. Conforme suas palavras: “A opinião pública é influenciada pela discussão crítica, mas não resulta dela, nem está sob o seu controle” (...) “A opinião pública representa um perigo para a liberdade, se não for modelada por uma forte tradição liberal. É perigosa também como árbitro dos gostos e inaceitável como árbitro de verdade”¹⁹.

3. Indução não existe e a verdade é inalcançável

Esse “paradoxo da democracia” está profundamente ligado às posições de Popper acerca da indução e sua percepção anti-essencialista do conhecimento científico.

Para Popper a indução é uma farsa, não pode ser científica. Sua acientificidade necessária é decorrente de sua não-testabilidade. Conforme nos ensina: “1. A indução (...) é um mito: não é um fato psicológico, um fato da vida corrente ou um procedimento científico. 2. O método real da ciência emprega conjecturas e salta para conclusões genéricas, às vezes depois de uma única observação (...). 3. A crença errônea na indução é fortalecida pela necessidade de termos um critério de demarcação que (...) só o método indutivo poderia fornecer. 4. A concepção de tal método indutivo, como critério de verificabilidade, implica uma demarcação defeituosa”²⁰. Por isso tudo, para Popper: “Pode-se afirmar, sem paradoxo, que, ao contrário, a explicação científica é a redução do conhecido para o desconhecido”²¹.

Deste modo, o conhecimento seria divisível em dois grandes campos: o científico (testável e, antes de tudo, refutável) e o metafísico (cuja refutabilidade é imprevista ou tida como impossível e, portanto, não-testável).

A par do combate ao indutivismo, que reduz drasticamente, ou, e mais comumente, elimina as possibilidades de refutação, temos, como outro ponto essencial do pensamento popperiano, o anti-essencialismo. Sendo a verdade inatingível, todo essencialismo seria insustentável: “Penso que o que devemos fazer é abandonar a idéia das fontes últimas do conhecimento, admitindo-se que todo conhecimento é humano — que se mescla com nossos erros, preconceitos, sonhos e esperanças;

¹⁸ Sobre esse e outros aspectos das proposições de Popper sobre a política, veja-se: ANTHONY QUINTON, *Política sem essência: Karl Popper*. Brasília: UnB, s/d.

¹⁹ KARL POPPER, Opinião pública e princípios liberais, in *Conjecturas e refutações*, 386.

²⁰ IDEM, *Conjecturas e refutações*, 83.

²¹ *Ibidem*, 93.

o que podemos fazer é buscar a verdade, mesmo que ela esteja fora de nosso alcance.” (...) “Podemos reter sem perigo a idéia de que a verdade está situada além da autoridade humana”²².

4. Conjecturas, refutações e demarcação

Dessas duas conclusões anteriores, deduz-se que a ciência deve produzir apenas assertivas refutáveis, senão será metafísica: “A teoria que não for refutada por qualquer acontecimento concebível não é científica. A irrefutabilidade não é uma virtude, como freqüentemente se pensa, mas um vício”²³.

Contra o neopositivismo do Círculo de Viena (Schlick, Carnap *et alii*), Popper aconselha a adoção de um critério negativo de demarcação. Não é a testabilidade, mas a refutabilidade que demarca a validade de uma teoria (ou conjectura, como prefere Popper). À primeira vista, tudo parecem quimeras, detalhes irrelevantes. Mas aqui a opção não é a mesma de se escolher distinguir o que é negro pelo branco, ou vice-versa. O que está em questão é diverso.

Popper parte do pressuposto, aceito por todos, por sinal, de que não conhecemos tudo. Assim, é inseguro, se não enganoso, definir fronteiras pela hipótese de que nosso conhecimento atual tem um alcance que na verdade desconhecemos. A pretensão justa e natural de saber mais, leva o cientista a alargar o campo do saber até o completamente ignorado. Assim, a fronteira abarca o inseguramente sabido e o faz conhecido, gerando graves erros e perigosas pretensões, além de uma desatenção com fenômenos parcamente conhecidos. Segundo a proposição de Popper, ao privilegiar-se o que não sabemos como critério de demarcação, destacamos o caráter refutável do sabido, tornando seus limites mais estreitos, mas muitíssimo mais seguros. Assim, ao ver de um ou de outro lado a fronteira do saber, não mudamos um detalhe técnico, mas a própria fronteira e a maneira de procurar alargá-la²⁴. Mas, sobre esse ponto, detenhamos nossas observações por aqui e passemos a palavra a Popper, que tinha uma incrível capacidade de traduzir as questões mais complexas às formulações mais simples e inteligíveis. Popper cita Heráclito para retratar o que pensa: “Não pertence à natureza do homem possuir o conhecimento verdadeiro, mas à natureza divina ... Quem não espera o inesperado não o perceberá; para ele o inesperado será impossível de ser detectado, e

²² *Ibidem*, 58.

²³ *Ibidem*, 66., cf., ainda, o quadro apresentado à p. 285 e as considerações feitas acerca desse.

²⁴ Para a argumentação de Popper, cf.: *A lógica da pesquisa científica*, 41-44.

inabordável”²⁵. Dessa forma, “o critério de refutabilidade é a solução para o problema da demarcação, pois afirma que, para serem classificadas como científicas, as assertivas ou sistemas de assertivas devem ser capazes de entrar em conflito com observações possíveis ou concebíveis”²⁶.

5. Acumulação do conhecimento através do reconhecimento da ignorância

O objetivismo racional científico de Popper coloca uma “rotina” crítica racional centrada na validade dos métodos, não na sua verdade, que leva a uma acumulação infinitesimal do conhecimento. Para Popper:

“O método das Ciências Sociais, como aqueles das Ciências Naturais, consiste em experimentar possíveis soluções para certos problemas; os problemas com os quais iniciam-se nossas investigações e aqueles que surgem durante a investigação”.

“As soluções são propostas e criticadas. Se uma solução proposta não está aberta a críticas pertinentes, então é excluída como não científica, embora, talvez, apenas temporariamente”.

“Se a solução tentada está aberta a críticas pertinentes, então tentamos refutá-la; pois toda crítica consiste em tentativas de refutação”.

“Se a solução tentada é refutada através de nosso criticismo, fazemos outra tentativa”.

“Se ela resiste à crítica, aceitamo-la temporariamente; e a aceitamos, acima de tudo, como digna de ser discutida e criticada mais além”.

“Portanto, o método da ciência consiste em tentativas experimentais para resolver nossos problemas por conjecturas que são controladas por severa crítica. É um desenvolvimento crítico consciente do método do ‘ensaio e erro’”.

“A assim chamada objetividade da ciência repousa na objetividade do método crítico. Isso significa, acima de tudo, que nenhuma teoria está isenta do ataque da crítica; e mais ainda que

²⁵ KARL POPPER, *Conjecturas e refutações*, 177.

²⁶ *Ibidem*, 68.

o instrumento da crítica lógica — a contradição lógica — é objetivo”²⁷.

Já a busca da ciência pura é como a verdade: algo inatingível, que deve sempre ser buscado. Nas palavras de Popper: “A pureza da ciência pura é um ideal presumidamente inalcançável; mas é um ideal para o qual estamos lutando constantemente — e devemos lutar”²⁸.

6. Verdade dos fatos e teste intersubjetivo (“seleção racional”)

A seleção das teorias, a demarcação de seu alcance e a necessidade de reformulação são dadas por dois elementos básicos: 1. teste intersubjetivo (que chamamos de “seleção racional”); 2. a refutabilidade pela verdade dos fatos.

Sobre o primeiro elemento, Popper ensina que “a objetividade da ciência não é uma matéria dos cientistas individuais, porém, mais apropriadamente, o resultado social da sua crítica recíproca, da divisão hostil-amistosa de trabalho entre cientistas, ou sua cooperação e também sua competição. Pois esta razão depende, em parte, de um número de circunstâncias sociais e políticas que fazem possível a crítica”²⁹.

O controle da objetividade, portanto, só pode ser competitivo, nunca individual, pois o cientista é sempre incapaz de livrar-se dos valores extra-científicos em que acredita. Para Popper: “Não podemos roubar o partidarismo de um cientista sem roubá-lo de sua humanidade, e não podemos suprimir ou destruir seus juízos de valores sem destruí-lo como ser humano e como cientista”³⁰.

O criticismo lógico-racional de fundamentação empírica constitui, no pensamento de Popper, uma verdadeira “seleção racional”, onde as teorias e explicações mais frágeis não podem sobreviver, nem mesmo com o auxílio de interesses não-científicos dos cientistas. Através da “seleção racional”, objetiva-se: “Selecionar o que se revele, comparativamente, o melhor, expondo-os todos [os sistemas] à mais violenta luta pela sobrevivência”, ou, em outras palavras, “darei, conseqüentemente, que a *objetividade* dos enunciados científicos

²⁷ IDEM, *Lógica das Ciências Sociais*, Rio de Janeiro/Brasília: Tempo Brasileiro/ Editora da UnB, 1978, 16. Temos o mesmo argumento, mostrado de outra forma, na *Lógica do pensamento científico*, 49: “Sistemas de teoria são submetidos a testes, deles se deduzindo enunciados de nível menor de universalidade; tais enunciados, como devem ser suscetíveis de teste intersubjetivo” (ou de “seleção racional”) “hão de, por sua vez, mostrar-se suscetíveis de teste — e assim *ad infinitum*”.

²⁸ KARL POPPER, *Lógica das Ciências Sociais*, 25.

²⁹ *Ibidem*, 23

³⁰ *Ibidem*, 25

reside na circunstância de eles poderem ser *intersubjetivamente submetidos a teste*³¹.

Sobre o segundo elemento (a refutabilidade pela verdade dos fatos), temos que lembrar que Popper não crê em uma verdade essencialista alcançável ou em uma teoria verdadeira atingível. Segundo suas palavras: “O que criticamos é, precisamente, a pretensão de uma teoria verdadeira. O que tentamos demonstrar é, claramente, que essa pretensão é infundada, que ela é falsa”³².

Mas, por outro lado, deve-se tomar a verdade dos fatos, esses fragmentos dispersos (e anarquicamente distribuídos) de uma verdade maior irreconstituível em sua plenitude, como elemento de verificação das teorias. Assim: “Denominamos ‘verdadeira’ uma proposição se ela corresponde aos fatos, ou se as coisas são como as descritas pela proposição. Isto é o que é chamado de conceito absoluto ou objetivo da verdade que cada um de nós usa constantemente”³³.

7. Dedutivismo conjectural e refutável, ou anti-nomotismo de popper

Popper defende que: “a lógica dedutiva é a teoria da transmissão de verdade, das premissas à conclusão”; onde “a função mais importante de uma pura lógica dedutiva é a de um sistema de crítica”³⁴. Assim, Popper se afasta do nomotismo indutivista. Defende a idéia de que a ciência seja produtora de proposições refutáveis que, cumulativamente, levem-nos a saber cada vez mais. Esse conhecimento, derivado do dedutivismo conjectural e refutável propugnado por Popper, garantir-nos-ia saber cada vez mais o que ainda não sabemos.

Desse modo, Popper é um empiricista convicto, mas não neopositivista. Sua brilhante refutação do neopositivismo (da verdade e da teoria infalível, em especial) ajudou a criar, de forma direta ou indireta, uma vigorosa tendência que recusa a existência de qualquer verdade e nega a utilidade de toda a teorização como um trabalho inútil, devido à falibilidade de qualquer esforço nesse sentido. Essa compreensão pela metade do pensamento de Popper já vulgarizado, gerou, por sua adoção mutilada³⁵, sua negação. Como não poderia deixar de ser, a historiografia da

³¹ IDEM, *A lógica do pensamento científico*, 46. A mesma idéia encontra-se também em *A miséria do historicismo*, 120-ss., onde Popper fala em “livre competição de idéias” (p. 120.).

³² IDEM, *Lógica das Ciências Sociais*, 27.

³³ *Ibidem*, 28.

³⁴ *Ibidem*, 26.

³⁵ Karl Popper, como já destacamos, escrevia de forma claríssima. Daí só podemos pensar que a parcialização do bem engendrado pensamento desse autor só possa

Antigüidade acabou admitindo em suas reflexões tais “derivações” do pensamento de Popper³⁶.

IV. Breve comentário sobre o pensamento de Popper frente à historiografia da Antigüidade

1. Sobre a cientificidade

A história da Antigüidade é uma área do conhecimento histórico em que se encontra, como em nenhuma outra, acreditamos, uma sobreposição necessária entre uma postura anti-cientificista e uma atitude política de caráter elitista em relação ao passado. É a esta relação que nos dedicaremos nessa seção. Como sabemos que falar de História como ciência é algo que pode gerar muita confusão, desejamos nos precaver estabelecendo o que entendemos por ciência. Para ser breve, sintetizaremos algumas proposições fundamentais, inspiradas não só em Popper, mas também em alguns outros pensadores já examinados nas seções anteriores. Em primeiro lugar, todo trabalho científico deve ter por objeto algo reconhecível e definível, de tal modo que seja reconhecível por quem examina este trabalho. Isto significa dizer que um trabalho científico deve dar um tratamento conceitual a tudo aquilo que trata como objeto. Estabelecido o objeto, o trabalho científico deverá dizer algo inédito sobre este objeto, ou estabelecer uma revisão sobre o que já foi dito sobre ele. Para que este trabalho seja científico é preciso, ainda, que ele traga os elementos necessários à demonstração e verificação do que é afirmado e, mais importante, quais os elementos que contestam as hipóteses apresentadas. Finalmente, é preciso que ele seja difundido entre os interessados, através da sua publicação ou apresentação em Congressos.

Se assumimos uma postura científica, temos que o trabalho resultante sempre apresentará a seu leitor quais os caminhos que foram trilhados para obter determinados resultados, quais as fontes foram utilizadas para se realizar este trabalho e quais os conceitos que servem de

ter sido fruto da má compreensão criada através de vulgarizações que o parcializaram. Essa fragmentação significou, como não poderia deixar de ser, na total descaracterização de suas proposições, inválidas em si, externalizadas de sua condição de partes de um sistema.

³⁶ É óbvio que as deduções, que foram levadas a cabo para extrair das proposições de Popper o acientificismo largamente difundido hoje, seriam refutadas pela lógica científica proposta por Popper. Mas esse tipo de paradoxo não deixa de ser curioso.

parâmetros para a leitura das fontes. Este rigor não é um mero capricho, mas uma rotina necessária para que este trabalho possa ser útil a outros pesquisadores que se dedicam a pesquisas semelhantes, à medida que estes poderão, com estes elementos em mãos, extrair muito maior proveito para suas próprias reflexões. Reduz-se assim o espaço reservado ao discurso *ex cathedra*, que tantas vezes cria certezas infundadas, sem reduzir a margem de necessária subjetividade empregada no trabalho de pesquisa histórica. A diferença é que, em um discurso científico, as subjetividades são claramente expostas e colocadas em debate, sem que, dispensando-se os procedimentos exigíveis pela ciência, o subjetivismo se oculte, levando junto consigo, para a salvaguarda da obscuridade, pré-conceitos que podem, ou não, ser fundados; que podem, ou não, ter por base convicções políticas específicas e, às vezes, inconfessáveis. O discurso científico, assim, não exige que se elimine a subjetividade do pesquisador, mas impõe que esta seja explícita em seus traços fundamentais, pressupondo que o cientista tenha que ter, necessariamente, clareza de quais as convicções que o movem quando realiza seu trabalho, de quais idéias ele traz subjacente quando exerce seu ofício que tem por função, entre outras coisas, criar elementos para a formação de opiniões em sua sociedade. Colocar em debate estes pressupostos é, assim, contribuir para explicitar que cosmovisões fundam nossas reflexões. Portanto, fazer ciência não é criar verdades absolutas³⁷, mas construir idéias claras acerca de nosso passado, idéias que possam ser expostas ao debate e à verificação de sua validade por aqueles que tomam contato com elas, sejam estes pesquisadores, estudantes, ou leigos. Em uma palavra, só é cientista quem se expõe à “seleção racional”.

2. A cientificidade e os estudos clássicos

Definida ciência, vejamos o que se verifica em relação a ela em nosso campo de atuação. Em Estudos Clássicos a interdisciplinaridade é prática corrente e indispensável. A escassez de fontes obriga o historiador da Antigüidade a conhecer outros domínios disciplinares das

³⁷ Esta confusão entre ciência e busca de verdades absolutas é curiosa. Dizemos isto porque hoje é comum desenvolver-se o argumento de que, não sendo possível aos historiadores recuperar *a verdade* sobre o passado, o que fazemos, na verdade, é construir um discurso ficcional, como os literatos. Este argumento curiosamente já foi utilizado em sentido contrário, ou seja, *a verdade* só seria recuperável pelos historiadores à medida que estes se autorizassem a utilizar seu subjetivismo, se se permitissem concessões ao literário (ou mesmo ao lendário: Cf. ERIC AUERBACH, *Mimesis*, São Paulo: Perspectiva, 21987, 15-16.). Parece que a retomada da escola modernista-idealista alemã (Ranke, Meyer), que pretendia recuperar “wie es eigentlich gewesen” (“como realmente aconteceu”), seria útil para que se refletisse sobre este argumento inverso que, a nosso ver, serve para perceber alguns dos limites desta argumentação mais recente.

Ciências Humanas, notadamente a Arqueologia e os Estudos Literários. Esta interdisciplinaridade é marcada pela coincidência de interesses entre diferentes pesquisadores de diversos campos do conhecimento. O curioso é que em nenhum destes campos a questão do método é hegemonicamente privilegiada como um elemento necessário. O método é recorrentemente confundido com a técnica, em especial no domínio da Arqueologia. O mais interessante é que a Arqueologia, que é a disciplina mais fundada em técnicas rigorosas, cuja aplicação é generalizável, e que permitem uma reconstrução bastante fidedigna da sua documentação, é a disciplina que é menos vista como ciência³⁸. Assim, não me parece razoável dizer que há uma coincidência entre o estatuto de ciência de uma disciplina e o fato de ela recorrer ou não a métodos e técnicas rigorosos, cujo uso possa ser extensivo. A lição de Popper sobre a necessidade de submeter os métodos, antes à verificação de sua falibilidade, do de sua validade, parece-nos, seria de grande utilidade para que os eruditos da Arqueologia, em especial, mas não só dela, percebessem que são os erros, verificáveis privilegiadamente por outro cientista, que garantem o avanço da ciência e não a formação de certezas entrincheiradas em grupos de pesquisas isolados e por demais ciosos de sua “independência”.

Um outro elemento interessante que gostaríamos de destacar é um aparente paradoxo que se verifica entre os historiadores clássicos. É comum ler na historiografia clássica que, hoje, sabemos mais sobre os gregos e romanos do que eles sabiam sobre eles próprios³⁹. Outrossim, aparece muitas vezes a constatação de que os historiadores da Antiguidade não se preocupam nem um pouco com questões de método ou com debates teóricos acerca de sua prática de historiadores⁴⁰. Ao mesmo tempo, nota-se que em História Antiga há uma grande especialização dos pesquisadores em um domínio específico, temporal, espacial, ou temático, quando não nos três ao mesmo tempo, o que é mais comum⁴¹. Isto conduz a um aprofundamento na exploração dos

³⁸ Para citar dois exemplos bastante difundidos no Brasil: Trigger diz sobre sua disciplina que: “A arqueologia é uma disciplina que se refere às técnicas necessárias à recuperação dos restos materiais do passado”. (BRUCE G. TRIGGER, *Além da História: Os métodos da Pré-História*, São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1973, 4) e Funari a define como: “projeto de ciência da cultura material” (PEDRO PAULO ABREU FUNARI, *Arqueologia*, São Paulo: Ática, 1988, 16.). Deste modo, fica claro que confundir a cientificidade de uma disciplina com o uso realizado por ela de um aparato técnico extenso é equivocado.

³⁹ Claro que isso não é privilégio dos classicistas. PETER BURKE apresenta essa mesma postura com relação à História Moderna. Cf. *História e Sociologia*, Porto: Afrontamento, 1980.

⁴⁰ Adiante examinaremos dois dos mais relevantes exemplos desse posicionamento.

⁴¹ Um dos centros de pesquisa mais importantes do mundo em História Antiga gerou o que chamamos de escola dos *vernantians*. O erudito que dá seu nome a escola afirmou, em artigo recente, que só consegue pensar a história grega em termos particularistas. Cf. JEAN-PIERRE VERNANT, De la psychologie historique a une anthropologie de la Grèce Ancienne, *Metis*, IV, 2 (1989): 305-314.

dados apresentados pelas poucas fontes de que dispomos e também da checagem das conclusões obtidas por diversas gerações de pesquisadores, que não se encontra em nenhuma outra área do conhecimento histórico. Esta extrema especialização levou à virtual impossibilidade de se construir sínteses abrangentes. Isto é claro em história e ainda mais óbvio em Arqueologia. Nesta área, as últimas grandes sínteses foram elaboradas, há décadas, por Vere Gordon Childe. Desde então, tem-se realizado críticas a elementos particulares de suas sínteses que levam a uma impossibilidade de aceitá-las como razoáveis. No entanto, nada se produziu que as substituísse, de tal modo que temos como resultado a predominância de uma visão particularista, e exclusivamente particularista, do passado através da Arqueologia⁴². A situação da História Antiga, que não é diversa, lembra, assim, o que pensava Aristóteles sobre a História. Cabe à História, que é menos séria que a poesia, apenas recordar o particular, nada além disso sendo-lhe possível⁴³.

Parece-nos que há uma profunda vinculação entre estes diversos elementos que destacamos. A massa de conhecimento que possuímos sobre a Antigüidade Clássica, produzida através do esforço de diversas gerações, assegura-nos saber muito sobre os diversos aspectos particulares do mundo greco-romano, sem que seja possível construirmos uma visão de conjunto sobre este e suas relações com a nossa realidade. O que falta é, exatamente, a pressuposição da utilização de métodos e conceitos claramente explicitados enquanto tais. Só assim seria possível o entrecruzamento comparativo de conclusões obtidas através de estudos particulares. No entanto, ainda que este diagnóstico seja óbvio, ele não é colocado em prática. O por quê disto nos leva à nossa última seção, que servir-nos-á de conclusão desse trabalho.

3. Anti-cientificidade e elitismo em História Antiga

Para responder a tal questão é preciso retomar o debate entre os pesquisadores da Antigüidade sobre a importância de se compreender a história como ciência. Para isto examinaremos a posição de três autores, Paul Veyne, Pierre Lévêque e Moses Finley, que garantem um espectro suficiente de posições para nossos propósitos.

⁴² No que tange à Arqueologia, parece-nos promissor, apenas promissor, o reconhecimento que recebeu, no início da década de 80, a contribuição do brilhante arqueólogo australiano. Cf. RUTH TRINGHAM, Gordon Childe 25 Years After: His Relevance for the Archaeology of the Eighties, *Journal of Field Archaeology*. v. 10, n. 1 (spring 1983): 85-100. e BRUCE TRIGGER, *Gordon Childe: Revolutions in Archaeology*, London: Thames and Hudson, 1980. No entanto, tal reconhecimento não passou de um nível "protocolar" a um de revisão profunda das posturas assumidas, como, aliás, estaria bem mais ao gosto de Gordon Childe.

⁴³ ARISTÓTELES, *Poética*. 1451 a 36 — 1451 b 10.

Iniciemos com Paul Veyne, que tem uma opção claramente anti-científica. Em seu *Como se escreve a História*⁴⁴, Veyne chega a um resultado que, em síntese, nega a possibilidade de se construir qualquer modelo explicativo satisfatório e, por isso, aconselha que a melhor alternativa é o empirismo. Esta obra de Veyne encontrou notável difusão em nosso país. Quanto aos limites que encerra, não é necessário dizer mais do que se lê na resenha de Andrea Carandini⁴⁵, que demonstrou cabalmente as graves limitações das proposições epistemológicas de Veyne para uma compreensão totalizante da História. Para Carandini: “Cotidianidade e psicologismo estão bem delimitados. Assim, para o autor [Veyne], a cotidianidade é a cotidianidade das classes dirigentes” (p. 341) e, ainda, “Quando entre economia e história, entre matéria e espírito se cria um abismo, é sinal que não se quer compreender o real na sua totalidade pelo temor de mudar a ordem social existente (temor inconfessável, ainda que muitas vezes confessado)” (p. 354). A crítica de Carandini não conhece, curiosamente, tradução para o português. Além das proposições de Veyne em seu “ensaio de epistemologia”, temos um retrato de sua efetiva aplicação em um livro e em um artigo menos conhecidos no Brasil. Tanto em *Le Pain et le Cirque*⁴⁶, quanto em artigo publicado em *Annales*⁴⁷, o autor reedita os limites de sua perspectiva, conforme já apontaram dois trabalhos, que se dedicaram à apreciação destes limites no livro de Veyne. Um, escrito por Peter Garnsey⁴⁸, chama a atenção para a contradição entre a pretensa sustentação do trabalho na conceituação e erudição, quando Veyne deixa a desejar em ambas (pp. 166-168), além de utilizar seu já conhecido estilo: “Veyne é um polemista descompromissado. Além disso, é um escritor difícil, por ser difuso e ‘fuyant’” (p. 168). O outro foi escrito por Andreau, Schnapp e Schmitt⁴⁹. As críticas produzidas por membros da sua própria “escola” foram ainda mais agudas do que aquelas de Garnsey. Para estes: “O método de *Pain et le cirque* é mais uma técnica de escritura do que um sistema de análise” (...) “O livro é, do começo ao fim, conflituoso — como é a posição de um erudito que se fecha em seu gabinete de humanista para as ‘drogues’ mais importantes do século” (p. 323).

⁴⁴ PAUL VEYNE, *Comment on écrit l'histoire. Essai d'épistémologie*, Paris: Éditions du Seuil, 1971.

⁴⁵ ANDREA CARANDINI, *Archeologia e cultura materiale. Dai “lavori senza gloria” nell'antichità a una politica dei beni culturali*, Bari: De Donato Editore, 1979, 329-354.

⁴⁶ PAUL VEYNE, *Le pain et le cirque. Sociologie historique d'un pluralisme politique*, Paris: Édition du Seuil, 1976.

⁴⁷ IDEM, *Panem et circenses: l'évergétisme devant les sciences humaines*, *Annales ESC* 24 (1969): 785-825.

⁴⁸ PETER GARNSEY, The Generosity of Veyne, *Journal of Roman Studies* 81 (1991): 164-168.

⁴⁹ JEAN ANDREAU ET ALII, Paul Veyne et l'évergétisme, *Annales ESC* 33 (1978): 307-325.

A posição anti-científica de Veyne está claramente a par de uma postura nitidamente elitista deste autor. E isto não nos parece coincidência. Só com a “liberdade” garantida pelo desprendimento em relação aos cânones científicos é que é possível afirmar coisas como “Só quem trabalhava era gentinha. As pessoas de bem exerciam em todas as coisas uma atividade de direção”⁵⁰, entre outras. A tradição textual clássica foi toda ela produzida exclusivamente por aristocratas, pela elite do mundo antigo. Se nos impomos, como quer Veyne, um empirismo, através do qual, fundando-se na erudição, colhamos elementos para a construção de um discurso sobre a Antiguidade, teremos duas conseqüências. Primeira, em História Antiga nos obrigaremos a falar das elites através do prisma que elas construíram para ver seu próprio mundo. Segunda, não haverá como construir uma história com pretensões de maior abrangência, visto que não se utilizando métodos mais rigorosos de pesquisa, não haverá como fazê-lo. Veyne alega defender a liberdade do pesquisador, do pensador, ao propor o fim da ciência. Mas, como Popper já nos ensinou, qualquer liberdade, que ofenda à liberdade, que autorize o preconceito e alimente o autoritarismo, não se sustenta do ponto de vista lógico. E, não custa lembrar, essa conclusão de lógica a que chegou Popper, obviamente, deve-se à vivência política e histórica que teve esse autor.

Desta forma, a partir da crítica de Veyne, parece-nos inequívoco que, para se pensar uma história abrangente (espacial, temporal e tematicamente falando) é imperioso recusar proposições que rejeitem os métodos em história por suas possíveis limitações. Fundar a história exclusivamente no subjetivismo do historiador é, forçosamente, transformar todo esforço de reconstrução histórica em um processo individual que se dirige a um coletivo passivo, que a contempla. A pressuposição de que os métodos têm limitações é exatamente o que nos deve motivar a empregá-los, para poder superá-las, para ser possível uma troca mais efetiva e frutuosa entre pesquisadores, para garantir a possibilidade de crítica efetiva a quem é alvo deste discurso. Esta alternativa nos parece muito melhor do que ocultar estas limitações em nome do subjetivismo, que as esconderá, mas não as eliminará certamente. A falibilidade e a “seleção racional” das quais quer escapar Veyne são as matérias-primas necessárias do saber, segundo

⁵⁰ PAUL VEYNE, O Império Romano, in GEORGES DUBE, PHILIPPE ARIÈS (dirs.), *História da vida privada*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 137. Saliente-se que o próprio Veyne deixa claro quais as conseqüências de sua perspectiva analítica ao dizer, tratando de nossos dias: “O trabalho nos parece respeitável e não ousaríamos nos gabar de ser ociosos; isso não impede que sejamos muito sensíveis às distinções de classe e, sem nos confessar, vejamos os operários como gentinha” (“art. cit.” p. 124). Não é preciso se aventurar muito para dizer que nossos conhecimentos, ao menos sobre os setores sociais menos privilegiados, não avançarão jamais se teirmos em atuar nesta perspectiva.

Popper. A argumentação clara e convincente de Popper não autoriza que pensemos que as idéias de Veyne a tenham superado. Veyne fez com Popper o mesmo que fez com Marx, ignorou-o solenemente.

A posição de Finley é diversa em alguns pontos daquela de Veyne. Ainda que também aponte para um forte subjetivismo do historiador, coloca outros motivos para sustentá-lo. Em função das largas lacunas que a tradição textual deixa em relação àquelas que o historiador gostaria de obter delas, Finley confia no bom “instinto” do pesquisador, e reduz a pesquisa histórica ao empirismo⁵¹, ou pior, ao “achismo”. Autorizando essa nossa conclusão, afirma: “Não é de surpreender que tentativas de classificação boas ou más, dependam de considerações teóricas ou subjacentes” e, por isso, avalia que “não são suficientes as classificações”⁵². Assim, para Finley, o subjetivismo seria uma condição transitória e não definitiva. Abandona-se o subjetivismo quando se construírem melhores instrumentos analíticos. Mas isto coloca uma óbvia contradição: se não nos contentamos com os instrumentos analíticos existentes, abandonamo-los até que eles se tornem satisfatórios; sendo óbvio que, se não houver um esforço no sentido de aprimorá-los, eles serão eternamente insatisfatórios.

Ficariamos, assim, pela inadequação de nossos conceitos ou métodos, condenados ao puro empirismo? Estaríamos fora da Ciência, excluídos daquele grupo do qual é possível exigir ética no produzir o conhecimento? Neste ponto do debate parece-nos muito importante retomar as palavras de Pierre Lévêque, que, nesse ponto, escreve sobre a classificação social na Antigüidade:

“a permanência de uma atitude — refugiada, com uma essência positivista, em quadros estritamente jurídicos — revelam claramente também o uso de conceitos! — apresentados como específicos e naturais, seguindo diretamente um Aristóteles ou um Cícero, sem que seja colocada jamais a questão da gênese e da finalidade do direito e de suas categorias” (...) *“Só o método marxista permite conduzir, para além das aparências, uma análise total”*⁵³, *já que, partindo de todos os aspectos da realidade histórica, revela os níveis complexos de articulação e coloca em evidência as relações genéticas e estruturais que estabelecem entre si no desenvolvimento dialético da história”*⁵⁴.

⁵¹ Cf. G. E. M. STE. CROIX, *The Class Struggle in the Ancient Greek World*, London: Duckworth, 21983, 91-93.

⁵² M. I. FINLEY, *Escravidão antiga e ideologia moderna*, Rio de Janeiro: Graal, 1991, 73-74.

⁵³ Cf. C. F. S. CARDOSO, Economia e sociedade antigas. Conceitos e debates, *Classica* 1 (1988): 5-19 (pp. 10 ss).

⁵⁴ PIERRE LÉVÊQUE, Problèmes théoriques de l'histoire et sociétés antiques. (Entretien avec P.L., par Marie-Luce Hazebroucq), in AA.VV., *Aujourd'hui l'histoire*, Paris: Éditions Sociales, 1972, 71-93 (pp. 77 e 86-87).

Não podemos concordar com o historiador francês no que concerne ao marxismo ter que se fundamentar necessariamente em uma Economia Política⁵⁵, que tenha por base o conceito de classe. Tampouco que o marxismo seja a única alternativa de análise científica em História. No entanto, é importante destacar a relevância do que nos diz Lévêque sobre o perigo maior do empirismo exacerbado que nada explica e preserva os pré-conceitos dos antigos⁵⁶, garantindo um arsenal ideológico que as elites contemporâneas têm sabido recriar e aproveitar⁵⁷.

Portanto, como foi apresentado, a fuga de uma postura científica, ao menos em História Antiga, resulta em uma perspectiva necessariamente elitista em função do caráter da documentação existente⁵⁸. Parece-nos, assim, que o investimento, ou não, em uma história científica é uma opção não só acadêmica, mas também política. É política à medida que a explicitação das categorias analíticas empregadas é um pressuposto para a discussão do que pensamos que é e do que deve ser a sociedade. Sem dúvida, quando optamos por estas ou aquelas categorias analíticas — e sempre optamos por algumas, mesmo que não as explicitemos — o fazemos, em parte, por motivos idiossincráticos; mas, ainda com menos dúvida, é certo dizer que o fazemos em função de nossa existência enquanto agentes históricos, com cosmovisões, motivações e interesses historicamente construídos. Colocar às claras nossas opções enquanto pesquisadores, financiados em sua imensa maioria pelo erário público, parece-nos a atitude mais democrática a ser incorporada. Subjetivismo que renuncia ao intersubjetivismo é, como nos ensina Popper e a historiografia da Antigüidade, algo não científico e, de forma consciente ou não, uma aposta no autoritarismo e no que há de pior do individualismo “pós-moderno”, “neoliberal”, ou seja lá qual nome se prefira dar ao genocídio das vítimas das desigualdades sociais no Mundo Contemporâneo. Assim, é preciso voltar a trabalhar com métodos e categorias conceituais claramente explicitados para a “seleção racional”; é pre-

⁵⁵ Uma excelente defesa da Economia Política encontra-se em C. F. S. CARDOSO, *Economia e sociedade antigas. Conceitos e debates*, *Classica* 1 (1988): 5-19 (pp. 8-10). com o qual concordamos quando afirma que: “a questão central consiste em saber se existem ou não, nas sociedades pré-capitalistas, *regularidades* estruturais passíveis de teorização. Acredito que sim.” (p. 9)

⁵⁶ C. F. S. CARDOSO, *Economia e sociedade antigas. Conceitos e debates*, *Classica* 1 (1988): 5-1.(p. 13).

⁵⁷ P. P .A. FUNARI, *Cultura popular na antigüidade clássica*, São Paulo: Contexto, 1988. 74-75.

⁵⁸ Para uma outra defesa da cientificidade das ciências humanas, também produzida por um classicista brasileiro, veja-se: NORBERTO LUIZ GUARINELLO, *Memória coletiva e história científica*, *Revista Brasileira de História*, v. 14, n. 28 (1994): 180-193. O autor, em seu brilhante trabalho, percorre caminhos bastante diversos daqueles que seguimos, citando trabalhos que não coincidem, nem uma única vez, com aqueles que selecionamos, chega às mesmas conclusões que nós, por motivos não coincidentes.

ciso recuperar o sentido etimológico da palavra “categoria”, quando construímos e fazemos uso de nossas categorias analíticas. O termo “categoria” deriva de *katégorien* que, com toda razão, significa “acusar publicamente”.

Bibliografia:

- ABBAGNANO, Nicola. *História da Filosofia*. v. XIV. Lisboa: Presença, 1984.
- ANDREAU, Jean *et alii*. Paul Veyne et l'évergétisme. *Annales ESC* 33 (1978): 307-325.
- AUERBACH, Eric. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva, 2^o1987.
- BURKE, Peter. *História e Sociologia*. Porto: Afrontamento, 1980.
- CARANDINI, Andrea. *Archeologia e cultura materiale. Dai "lavori senza gloria" nell'antichità a una politica dei beni* culturali. Bari: De Donato Editore, 1979.
- CARDOSO, C. F. S. Economia e sociedade antigas. Conceitos e debates. *Classica* 1 (1988): 5-19.
- DESANTI, J.-T. As matemáticas: nascimento da 'modernidade' (1850-1900). In: CHÂTELET, F. (dir.) *História da Filosofia*. v. 6. Rio de Janeiro: Zahar, 2^o1983.
- FAVERSANI, Fábio. *A pobreza no Satyricon de Petronio*. São Paulo: FFLCH-USP, 1995. (Dissertação de Mestrado)
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 3^o1985.
- FINLEY, M. I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. *Cultura popular na antigüidade clássica*. São Paulo: Contexto, 1988.
- GARNSEY, Peter. The Generosity of Veyne. *Journal of Roman Studies* 81 (1991): 164-168.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. *Revista Brasileira de História*. v. 14, n. 28 (1994): 180-193.
- HUME, D. Investigação sobre o entendimento humano. In: *Berkeley/Hume*. São Paulo: Nova Cultural, 1989 (Coleção “Os Pensadores”). pp. 61-145.
- LÉVÊQUE, Pierre. Problèmes théoriques de l'histoire et sociétés antiques. (Entretien avec P.L., par Marie-Luce Hazebroucq). In: AA.VV. *Aujourd'hui l'Histoire*. Paris: Éditions Sociales, 1972. pp. 71-93.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- PASSMORE, John. *A Hundred Years of Philosophy*. Harmondsworth: Penguin, s/d. pp. 405-412.

- POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- _____. *A miséria do historicismo*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1980.
- _____. *Conjecturas e refutações*. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- _____. *Lógica das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro/Brasília: Tempo Brasileiro/Editora da UnB, 1978.
- QUINTON, Anthony. *Política sem essência: Karl Popper*. Brasília: UnB, s/d.
- REIS, Bruno Pinheiro W. *Reflexões sobre a epistemologia de Popper e o individualismo metodológico*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990. (Série Estudos, 77).
- STE. CROIX, G. E. M. *The Class Struggle in the Ancient Greek World*. London: Duckworth, 1983.
- TRIGGER, Bruce G. *Além da História: Os métodos da Pré-História*. São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1973.
- _____. *Gordon Childe: Revolutions in Archaeology*. London: Thames and Hudson, 1980.
- TRINGHAM, Ruth. Gordon Childe 25 Years After: His Relevance for the Archaeology of the Eighties. *Journal of Field Archaeology*. v. 10 n. 1 (spring 1983): 85-100.
- VERNANT, Jean-Pierre. De la psychologie historique a une anthropologie de la Grèce Ancienne. *Metis*. IV, 2 (1989): 305-314.
- VEYNE, Paul. O Império Romano. In: DUBY, Georges et ARIÈS, Philippe (dir.) *História da vida privada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- _____. *Panem et Circenses*. L'évergétisme devant les sciences humaines. *Annales ESC* 24 (1969): 785-825.
- _____. *Comment on écrit l'histoire. Essai d'épistémologie*. Paris: Éditions du Seuil, 1971.
- _____. *Le pain et le cirque. Sociologie historique d'un pluralisme politique*. Paris: Éditions du Seuil, 1976.

Endereço do Autor:
Rua Iolanda Guimarães, 30
Passagem de Mariana
35420-000 Mariana — MG